

13° SIMULADO

TCE RJ

ÁREA: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO
(CONTROLE EXTERNO)
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

TCE/RJ Área Analista de Controle Externo (Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE/RJ;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-Controle-Externo-28-11-20>

| | | | | | | | |
|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01 – C E | 26 – C E | 51 – C E | 76 – C E | 101 – C E | 126 – C E | 151 – C E | 176 – C E |
| 02 – C E | 27 – C E | 52 – C E | 77 – C E | 102 – C E | 127 – C E | 152 – C E | 177 – C E |
| 03 – C E | 28 – C E | 53 – C E | 78 – C E | 103 – C E | 128 – C E | 153 – C E | 178 – C E |
| 04 – C E | 29 – C E | 54 – C E | 79 – C E | 104 – C E | 129 – C E | 154 – C E | 179 – C E |
| 05 – C E | 30 – C E | 55 – C E | 80 – C E | 105 – C E | 130 – C E | 155 – C E | 180 – C E |
| 06 – C E | 31 – C E | 56 – C E | 81 – C E | 106 – C E | 131 – C E | 156 – C E | 181 – C E |
| 07 – C E | 32 – C E | 57 – C E | 82 – C E | 107 – C E | 132 – C E | 157 – C E | 182 – C E |
| 08 – C E | 33 – C E | 58 – C E | 83 – C E | 108 – C E | 133 – C E | 158 – C E | 183 – C E |
| 09 – C E | 34 – C E | 59 – C E | 84 – C E | 109 – C E | 134 – C E | 159 – C E | 184 – C E |
| 10 – C E | 35 – C E | 60 – C E | 85 – C E | 110 – C E | 135 – C E | 160 – C E | 188 – C E |
| 11 – C E | 36 – C E | 61 – C E | 86 – C E | 111 – C E | 136 – C E | 161 – C E | 186 – C E |
| 12 – C E | 37 – C E | 62 – C E | 87 – C E | 112 – C E | 137 – C E | 162 – C E | 187 – C E |
| 13 – C E | 38 – C E | 63 – C E | 88 – C E | 113 – C E | 138 – C E | 163 – C E | 188 – C E |
| 14 – C E | 39 – C E | 64 – C E | 89 – C E | 114 – C E | 139 – C E | 164 – C E | 189 – C E |
| 15 – C E | 40 – C E | 65 – C E | 90 – C E | 115 – C E | 140 – C E | 165 – C E | 190 – C E |
| 16 – C E | 41 – C E | 66 – C E | 91 – C E | 116 – C E | 141 – C E | 166 – C E | 191 – C E |
| 17 – C E | 42 – C E | 67 – C E | 92 – C E | 117 – C E | 142 – C E | 167 – C E | 192 – C E |
| 18 – C E | 43 – C E | 68 – C E | 93 – C E | 118 – C E | 143 – C E | 168 – C E | 193 – C E |
| 19 – C E | 44 – C E | 69 – C E | 94 – C E | 119 – C E | 144 – C E | 169 – C E | 194 – C E |
| 20 – C E | 45 – C E | 70 – C E | 95 – C E | 120 – C E | 145 – C E | 170 – C E | 195 – C E |
| 21 – C E | 46 – C E | 71 – C E | 96 – C E | 121 – C E | 146 – C E | 171 – C E | 196 – C E |
| 22 – C E | 47 – C E | 72 – C E | 97 – C E | 122 – C E | 147 – C E | 172 – C E | 197 – C E |
| 23 – C E | 48 – C E | 73 – C E | 98 – C E | 123 – C E | 148 – C E | 173 – C E | 198 – C E |
| 24 – C E | 49 – C E | 74 – C E | 99 – C E | 124 – C E | 149 – C E | 174 – C E | 199 – C E |
| 25 – C E | 50 – C E | 75 – C E | 100 – C E | 125 – C E | 150 – C E | 175 – C E | 200 – C E |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

Prova falsa

Quem teve a ideia foi o padrinho da caçula — ele me conta. Trouxe o cachorro de presente e logo a família inteira se apaixonou pelo bicho. Ele até que não é contra isso de se ter um animalzinho em casa, desde que seja obediente e com um mínimo de educação.

— Mas o cachorro era um chato — desabafou. Desses cachorrinhos de raça, cheios de nhém-nhém-nhém, que comem comidinha especial, precisam de muitos cuidados, enfim, um chato de galocha. E, como se isto não bastasse, implicava com o dono da casa.

— Vivia de rabo abanando para todo mundo, mas, quando eu entrava em casa, vinha logo com aquele latido fininho e antipático de cachorro de francesa.

Ainda por cima era puxa-saco. Lembrava certos políticos da oposição, que espinafram o ministro, mas quando estão com o ministro ficam mais por baixo que tapete de porão. Quando cruzavam num corredor ou qualquer outra dependência da casa, o desgraçado rosnava ameaçador, mas quando a patroa estava perto abanava o rabinho, fingindo-se seu amigo.

— Quando eu reclamava, dizendo que o cachorro era um cínico, minha mulher brigava comigo, dizendo que nunca houve cachorro fingido e eu é que implicava com o “pobrezinho”.

Num rápido balanço poderia assinalar: o cachorro comeu oito meias suas, roeu a manga de um paletó de casimira inglesa, rasgara diversos livros, não podia ver um pé de sapato que arrastava para locais incríveis. A vida lá em sua casa estava se tornando insuportável. Estava vendo a hora em que se desquitava por causa daquele bicho cretino. Tentou mandá-lo embora umas vinte vezes e era uma choradeira das crianças e uma espinafração da mulher.

— Você é um desalmado — disse ela, uma vez. Venceu a guerra fria com o cachorro graças à má educação do adversário. O cãozinho começou a fazer pipi onde não devia. Várias vezes exemplado, prosseguiu no feio vício. Fez diversas vezes no tapete da sala. Fez duas na boneca da filha maior. Quatro ou cinco vezes fez nos brinquedos da caçula. E tudo culminou com o pipi que fez em cima do vestido novo de sua mulher.

— Aí mandaram o cachorro embora? — perguntei ao meu amigo.

— Mandaram. Mas eu fiz questão de dá-lo de presente a um sujeito que adora cachorros. Ele está levando um vidão em sua nova residência.

— Ué... mas você não o detestava? Como é que arranjou essa sopa pra ele? — Problema da consciência — explicou: — O pipi não era dele.

E suspirou cheio de remorso.

PONTE PRETA, Stanislaw. Prova falsa. In: Para gostar de ler. v. 13. p. 51-52. São Paulo: Ática, 1993. Adaptado.

01. Depreende-se do texto que são de autoria do dono os atos pelos quais o cachorro foi culpado e, conseqüentemente, mandado embora da casa.

02. O cachorro foi um presente do pai para a filha mais nova.

03. Na opinião de seu dono, o cachorro era um cínico porque precisava de muitos cuidados.

04. O advérbio “logo” no trecho “Trouxe o cachorro de presente e logo a família inteira se apaixonou pelo bicho.” (1º parágrafo) atua como um sequenciador textual cuja função é organizar uma seqüência temporal.

05. O pronome **isso** no trecho “Ele até que não é contra isso de se ter um animalzinho em casa” (1º parágrafo) retoma toda a ideia expressa no primeiro período do texto.

06. Seriam mantidas a correção e o sentido do texto em “E, como se isto não bastasse, implicava com o dono da casa.” (2º parágrafo) se o trecho “como se isto não bastasse” fosse deslocado para o final do período: E implicava com o dono da casa, como se isto não bastasse.

07. O vocábulo **eu**, no trecho “quando eu entrava em casa” (3º parágrafo) poderia ser suprimido sem prejuízo à correção e ao sentido do texto.

08. O emprego das aspas no trecho “eu é que implicava com o ‘pobrezinho’.” (5º parágrafo) evidencia ironia no vocábulo destacado.

09. Ocorre crase em “Venceu a guerra fria com o cachorro graças à má educação do adversário.” (7º parágrafo) porque “graças” exige complemento regido pela preposição **a** e pela presença do artigo definido **a** determinando o substantivo “educação”.

10. No trecho “Como é que arranjou essa sopa pra ele?” (10º parágrafo), a expressão “é que” caracteriza-se como expletiva, empregada para realçar o conteúdo apresentado no texto.

11. O emprego da próclise no trecho “mas você não o detestava?” (10º parágrafo) é justificado pela presença de palavra atrativa.

12. No trecho “o desgraçado rosnava ameaçador” (4º parágrafo) o termo “ameaçador” funciona como predicativo do termo “desgraçado”.

13. A expressão “rápido balanço” no trecho “Num rápido balanço poderia assinalar” (6º parágrafo) poderia ser substituída, sem prejuízo ao sentido do texto, por “balanço rápido”.

14. No terceiro parágrafo do texto, o emprego das formas verbais no pretérito imperfeito do indicativo indica que as ações das personagens eram habituais.

15. No trecho do quarto parágrafo “Quando cruzavam num corredor ou qualquer outra dependência da casa, o desgraçado rosnava ameaçador, mas quando a patroa estava perto abanava o rabinho, fingindo-se seu amigo.” as vírgulas logo após “casa” e “ameaçador” foram empregadas para isolar uma oração intercalada.

16. O verbo destacado no trecho “Aí **mandaram** o cachorro embora?” (8º parágrafo) tem sujeito indeterminado.

17. No trecho “Fez diversas vezes no tapete da sala.” (7º parágrafo) a preposição **em** presente na contração **no** é exigida pela regência do verbo **fazer**.

18. Seria mantida a correção do trecho “Quatro ou cinco vezes fez nos brinquedos da caçula.” (7º parágrafo) caso se inserisse uma vírgula imediatamente após “vezes”.

19. A conjunção **e**, em todas as ocorrências no trecho “Tentou mandá-lo embora umas vinte vezes e era uma choradeira das crianças e uma espinafração da mulher.” (6º parágrafo) expressam sentido de adição.

20. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso se substituísse o vocábulo “exemplado”, no trecho “Várias vezes exemplado” (7º parágrafo) por **ilustrado**.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini / Rafael Barbosa

Acerca do conceito e evolução do Estado moderno, julgue o item a seguir.

21. **Texto:** Desde a sua formação inicial, o estado moderno atravessou três séculos de evolução, passando por quatro estágios consecutivos de desenvolvimento.

Assertiva: A respeito desses estágios, é correto afirmar que o segundo estágio de desenvolvimento do estado moderno é o Estado Democrático Liberal.

Acerca da governança, accountability e governabilidade, julgue os itens a seguir.

22. A *accountability* horizontal pressupõe uma ação entre desiguais. Como exemplo desse tipo de *accountability* pode-se citar a atuação dos Tribunais de Contas.

23. A governança na gestão pública envolve a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento. A governabilidade, ao seu turno, se refere às condições do ambiente político em que se efetivam as ações do sistema de governança, que podem gerar legitimidade das ações empreendidas, credibilidade e imagem pública positiva. A *accountability*, por fim, está associada ao dever de os agentes públicos prestarem contas, com objetivo de garantir-se uma maior transparência de seus atos, bem como à responsabilização pelos atos decorrentes de sua gestão.

Acerca da transparência na gestão pública, julgue os itens a seguir.

24. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), integridade se refere à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; ao passo que a autenticidade se refere à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

25. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Acerca dos modelos teóricos de Administração Pública (Patrimonialista, Burocrático e Gerencial) e das reformas do aparelho do Estado no Brasil, julgue os itens a seguir.

26. O modelo de gestão patrimonialista caracteriza-se pela fusão entre as noções de soberania, pertencente à esfera pública, e patrimônio, concernente à esfera privada.

27. Situação Hipotética: João das Neves, gestor de determinado departamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, adota, em sua gestão, práticas autorreferidas, com foco no controle dos processos e com racionalidade absoluta.

Situação Hipotética: Pode-se afirmar que João das Neves emprega, em sua gestão, princípios típicos da administração pública gerencial.

28. A sociedade espera que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a utilização racional e otimização dos recursos disponíveis está relacionada à eficiência, ao passo que a eficácia se relaciona ao alcance de resultados e disponibilização de serviços públicos nos prazos demandados pela população. A efetividade, por fim, se relaciona aos impactos e benefícios causados pelas ações públicas.

29. A reforma gerencial da administração pública iniciada em 1995 tinha como uma de suas diretrizes o foco no controle dos processos, com o objetivo de evitar o descontrole dos gastos públicos.

30. A reforma de 1967 buscou superar a rigidez do modelo burocrático, com o objetivo de conferir maior eficiência à máquina pública. Nesse sentido, o Decreto-lei n.º 200/1967 estabeleceu cinco princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcanti

Sobre dados, informação, conhecimento e inteligência, gestão do conhecimento e dados não estruturados avalie os itens abaixo.

31. Conhecimento são dados e/ou informações que foram organizados e processados para transmitir compreensão, experiência, aprendizado acumulado e especialização conforme se aplicam a um problema ou atividade atual.

32. A informação é o nível mais alto de abstração da DIKW, com uma visão de futuro e a capacidade de ver além do horizonte.

33. Como a maior parte dos dados gerados hoje em dia são não estruturados, é importante que as organizações encontrem maneiras de gerenciá-los e analisá-los para que possam agir sobre os dados e tomar decisões de negócios importantes.

Sobre o modelo relacional julgue os itens a seguir:

34. No modelo relacional todas as linhas de uma tabela são distintas entre si.

35. O significado de cada coluna é totalmente transmitido rotulando-a com o nome do domínio correspondente.

36. Uma tabela só pode ter apenas um índice primário e um índice secundário.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

37. De acordo com o Kimball, as tabelas fato são normalmente normalizadas.

Sobre o modelo multidimensional julgue os itens a seguir

38. Modelos dimensionais (DMs) são intuitivos e identificam os dados necessários para análise de negócios e suporte à decisão. O DM é uma técnica de design lógico frequentemente usada para data warehouses.

39. Cada modelo dimensional é composto por uma tabela com uma chave de várias partes, chamada tabela de dimensão, e um conjunto de tabelas menores chamadas tabelas de fatos.

40. As dimensões de um modelo dimensional possuem atributos que são associados a dados do modelo relacional/transacional. Quando os dados são modificados na estrutura operacional, essas informações não são refletidas nas dimensões devido à propriedade da não-volatilidade dos ambientes analíticos.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

41. Interesse público, preservação e defesa do patrimônio público e integridade são princípios éticos que orientam o trabalho dos auditores de acordo com as NAT.

42. Auditores devem evitar que interesses pessoais ou quaisquer situações afetem a sua objetividade, – tanto a real como a percebida – conservando sua independência em relação a quaisquer influências que possam afetar – ou parecer afetar – a capacidade de desempenhar suas responsabilidades profissionais com imparcialidade.

43. O auditor deverá declarar impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar, ou parecer afetar, o desempenho de suas atribuições com independência e imparcialidade, especialmente participar de auditorias nas situações em que o responsável auditado seja cônjuge ou pessoa com quem mantenha ou manteve laço afetivo ou inimigo ou que envolva entidade com a qual tenha mantido vínculo profissional nos últimos dois anos, incluindo-se, neste último caso, a atuação consultiva.

44. O auditor deve guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, unicamente, para a elaboração de pareceres e relatórios ou confecção de estudo técnico sobre o auditado.

45. O planejamento geral de curto prazo, até dois anos, e de longo prazo, mais de dois anos, levarão em conta a alocação da capacidade operacional, considerando todas as ações de controle externo, de maneira integrada, e as ações de capacitação necessárias para lhes dar suporte.
46. O planejamento geral deve documentar e justificar as seleções realizadas, calcando-se em modelos que incluam métodos de seleção, hierarquização e priorização fundamentados em critérios de criticidade, tempestividade, magnitude e alinhamento estratégico.
47. Na etapa de proposição da auditoria, a unidade técnica deve definir o objetivo e o escopo preliminar, bem como prever uma estimativa de alocação de recursos e dos prazos de suas fases.
48. Informações relativas à identificação e avaliação dos objetivos, riscos e controles devem ser obtidas na realização de outras ações de controle cuja principal finalidade é o conhecimento da unidade jurisdicionada e devem ser levadas em conta no planejamento e na aplicação dos procedimentos de auditoria.
49. A avaliação de riscos e de controle interno visa a avaliar o grau em que o controle interno de organizações, programas e atividades governamentais assegura, de forma razoável, que na consecução de suas missões, objetivos e metas, os princípios constitucionais da administração pública serão obedecidos e os objetivos de controle serão atendidos.
50. Todo trabalho de auditoria, independentemente da competência individual dos auditores, deve ser supervisionado. O foco da supervisão deve ser dirigido tanto para o conteúdo como para a observância do método de auditoria.
51. No início da execução dos trabalhos, a equipe realizará reunião de apresentação com os dirigentes e responsáveis da entidade auditada, ou com representantes designados por eles, oportunidade em que se identificará formalmente, entregará o ofício de apresentação assinado por dirigente de unidade técnica do Tribunal e esclarecerá os objetivos, o escopo e os critérios da auditoria.
52. Ao término da fase de execução, será realizada reunião de encerramento com os dirigentes e responsáveis da entidade auditada, ou com representantes designados por eles, para a apresentação por escrito das principais constatações do trabalho realizado.
53. A construção da visão geral do objeto envolve a definição das questões de auditoria, a profundidade e o detalhamento dos procedimentos, a delimitação do universo auditável (abrangência), a configuração da amostra (extensão) e a oportunidade dos exames.
54. Na fase de planejamento, e como subsídio à sua elaboração, a equipe de auditoria deve construir uma visão geral preliminar do objeto de auditoria para obtenção de conhecimento e compreensão a seu respeito. Essa visão deve permanecer inalterada como forma de se manter os propósitos do trabalho de fiscalização.
55. Por constituir-se etapa de expressiva importância no resultado que se pretende alcançar com a auditoria, é imprescindível que se disponibilize o tempo necessário à fase planejamento.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Em relação aos aspectos doutrinários e constitucionais sobre o controle da administração, julgue os itens a seguir.

56. No Brasil, as ouvidorias são mecanismos de controle interno da administração pública.

57. No âmbito do Poder Executivo, o controle interno é exercido exclusivamente pelas controladorias-gerais, instituídas no âmbito de cada ente da Federação.

58. O controle social é representado pelas diversas formas de controle que a sociedade civil pode realizar sobre a administração, inserindo-se nessa forma de controle a realização de passeatas de pedidos de paz, manifestações de cunho político-partidário ou até mesmo a invasão de bens públicos.

59. As comissões parlamentares de inquérito constituem mecanismo típico de controle externo político, gozando de poderes próprios das autoridades judiciais para apurar irregularidades e promover, no âmbito do Poder Legislativo, a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

60. Quando o Tribunal de Contas aplica multa ao responsável julgado em débito, fixando prazo para a recomposição dos cofres públicos, há o exercício da função fiscalizatória.

61. Ao imputar débito, compete ao Tribunal de Contas fixar o prazo para o recolhimento da dívida, cabendo à Corte executar o título executivo decorrente de sua decisão.

62. O controle externo, no sentido orçamentário e financeiro, é exercido pelo Tribunal de Contas, uma vez que a titularidade desse controle cabe ao Poder Judiciário.

63. O sistema de controle adotado no Brasil é o sistema francês, caracterizado pela existência de um contencioso administrativo, sem competência para decidir com força de coisa julgada, e pela jurisdição comum, com capacidade de decidir de forma definitiva.

Juliana é servidora do Estado do Rio de Janeiro e completou os requisitos constitucionais para aposentar-se voluntariamente e apresentou o requerimento pleiteando a concessão desse direito. Após os trâmites internos, o seu órgão de trabalho deferiu o requerimento, instituindo a aposentadoria. Alguns dias depois, o processo foi remetido ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de apreciação da legalidade e registro do ato.

64. Juridicamente, a concessão de aposentadoria de Juliana não é ato administrativo perfeito, enquanto estiver pendente o registro, tácito ou expresso, perante o Tribunal de Contas do Estado.

65. A contar da concessão na via administrativa, o Tribunal de Contas do Estado terá cinco anos para apreciar a legalidade do ato de aposentadoria.

66. Ainda que a aposentadoria de Juliana fosse a compulsória, em virtude da idade, caberia ao Tribunal de Contas do Estado a apreciação do ato para fins de registro.

Julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência do STF sobre o controle da administração pública.

67. A competência dos tribunais de contas para emitir medidas cautelares decorre de previsão expressa do texto constitucional.

68. O tribunal de contas está obrigado, por expressa determinação constitucional, a encaminhar ao Poder Legislativo a que se acha institucionalmente vinculado tanto relatórios trimestrais quanto anuais de suas próprias atividades, pois tais relatórios, além de permitirem o exame parlamentar do desempenho, pela corte de contas, de suas atribuições fiscalizadoras, também se destinam a expor ao Legislativo a situação das finanças públicas administradas pelos órgãos e entidades governamentais, em ordem a conferir um grau de maior eficácia ao exercício, pela instituição parlamentar, do seu poder de controle externo.

69. As constituições estaduais podem atribuir ao Poder Legislativo a competência para sustar as licitações e eventuais casos de dispensa de licitação, em virtude da correlação do tema com os contratos administrativos.

70. Em decisão recente, o STF reconheceu que os recursos naturais da plataforma continental são bens da União, motivo pelo qual os valores decorrentes da participação ou compensação aos estados e aos municípios no resultado da exploração de petróleo são receitas originárias da União, ensejando que o controle sobre a aplicação cabe ao TCU.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

No que se refere aos atos administrativos, ao controle e responsabilização na Administração Pública, examine os itens a seguir.

71. É possível convalidar atos com vício no objeto quando se tratar de conteúdo plúrimo.

72. Ato imperfeito é aquele que está sujeito a condição ou termo para começar a produzir efeitos.

73. O Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, sendo facultado o regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

74. A Constituição Federal consagrou a teoria da dupla garantia, em favor dos administrados e dos servidores estatais, no sentido de que estes somente responderão, por danos causados a terceiros, perante a pessoa jurídica a que se vinculem.

75. A estrutura e a composição dos tribunais de contas estaduais devem se espelhar estritamente naquela conferida pela Constituição Federal ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Tomando por base a disciplina relativa à organização administrativa, entidades paraestatais e aos agentes públicos, examine os itens a seguir.

76. À justiça federal compete processar e julgar causas em que empresa pública federal for autora, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

77. Em virtude do fenômeno da autarquização de empresas estatais, tem-se considerado que estatais prestadoras de serviços públicos podem ser destinatárias da imunidade tributária recíproca.

78. As fundações governamentais consistem em entidades instituídas pelo Poder Público com o patrimônio, total ou parcialmente público, dotadas de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e legalmente destinadas ao desempenho de atividades do Estado na ordem social.

79. A desqualificação da entidade como organização social por parte do Poder Executivo, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão, consiste em decisão administrativa que requer motivação, embora seja prescindível instauração de processo administrativo.

80. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) não admite a celebração de parcerias com cooperativas.

81. **Situação hipotética:** Joãozinho, embora não tenha sido aprovado no último concurso da polícia militar do Rio de Janeiro, tampouco exerça qualquer espécie de função naquele órgão, tem se utilizado de fardamento e adereços próprios da corporação para lavrar supostas multas aos condutores de veículos estacionados em local proibido. **Assertiva:** Apesar de tal conduta não ensejar a responsabilidade do Estado, tais atos punitivos necessitam se submeter a procedimento administrativo de invalidação, por força da presunção de veracidade e legitimidade inerente aos atos da Administração.

82. O servidor estável que perder o cargo em razão do excesso de despesa com pessoal faz jus a uma indenização, que equivale a um mês de remuneração para cada ano de serviço.

83. É constitucional a acumulação do cargo de juiz com uma função pública de magistério.

84. É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvados, entre outros, aqueles relacionados ao agente penitenciário, desde que seja feita mediante lei complementar.

85. A atual idade mínima para aposentadoria voluntária no âmbito da União é de 65 anos para homens.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens de 86, 87 e 88.

86. A norma constitucional que prescreve que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei” possui eficácia contida, uma vez que seu alcance pode ser reduzido por legislação infraconstitucional.

87. A submissão do Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, conforme previsto no § 4º do artigo 5º da Constituição Federal, depende de lei complementar regulamentadora da matéria.

88. Normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que dependem de regulamentação trazida por lei infraconstitucional para que possam produzir a integralidade de seus efeitos.

A respeito da organização do Estado, julgue os itens de 89 a 92, conforme texto expresso da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

89. É constitucional a lei estadual que impõe limite de tempo para a utilização de créditos ativados de telefones celulares pré-pagos e prevê sanções em caso de descumprimento, porque trata de proteção ao consumidor, assunto cuja competência legislativa é concorrente.

90. É inconstitucional norma contida em Constituição estadual que confere foro por prerrogativa de função a defensores públicos e procuradores estaduais.

91. Considerando que o Município de São Paulo tem 12 milhões e duzentos mil habitantes, conforme estabelecido pela Constituição Federal, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

92. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência dos Estados, mediante lei complementar.

Acerca da Organização dos Poderes e do processo legislativo, julgue os itens de 93 a 98.

93. A decisão de mérito proferida pelo Senado Federal, no processo de *impeachment* instaurado contra o Presidente da República, por crime de responsabilidade, é irrecorrível.

94. No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República e na iniciativa.

95. Compete ao Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, autorizar que o Presidente da República edite lei delegada.
96. Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e dos servidores.
97. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que condiciona a criação de CPI à aprovação do requerimento pelo Plenário da Assembleia Legislativa.
98. No sistema parlamentarista de governo, diferentemente do que se aplica ao modelo presidencialista, o Poder Executivo é chefiado por uma só pessoa, que acumula as atribuições de chefe de Estado e de Chefe de Governo.
- Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens de 99 e 100.
99. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é compatível com a Constituição Federal, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, a determinação de que as empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Pessoal compartilhem com o IBGE a relação de nomes, números de telefone e endereços de seus consumidores, pessoas físicas ou jurídicas.
100. Aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa que tenham residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AFO**

Luciana Marinho

Julgue os itens com relação aos princípios orçamentários.

101. O princípio orçamentário da periodicidade permite ao Poder Legislativo ter conhecimento do valor global das despesas projetadas pelo governo.
102. Os princípios orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.
103. O Princípio da unidade determina existência de um orçamento para cada todos os entes federados com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos.
104. No que diz respeito ao ciclo orçamentário, julgue o item.
- Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual. Além disso, o projeto de PPA deve ser dirigido em até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.
- Sobre os instrumentos de planejamento, julgue os itens que se seguem.
105. Considerada uma inovação no sistema orçamentário brasileiro, a LDO orienta a elaboração da LOA e prevê a definição de metas e prioridades, mudanças na legislação de tributos, políticas de fomento das agências financeiras oficiais e demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os respectivos objetivos e metas.

106. A proposta de lei orçamentária anual (PLOA) deve ser apresentada pelo Poder Executivo até 4 meses antes do encerramento do exercício financeiro. Nesse projeto, inclusive, estarão contempladas **despesas relativas à dívida pública**, mobiliária ou contratual.

Acerca dos créditos adicionais, julgue os itens.

107. O prefeito do município de Teresina/PI comunicou ao gestor orçamentário a necessidade de verbas adicionais, não previstas na lei orçamentária, para atender centenas de pessoas em decorrência da pandemia de Covid-19, que atingiu o município de forma desastrosa.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O gestor orçamentário deve solicitar abertura de créditos adicionais especiais.

108. Os créditos extraordinários terão vigência somente no exercício financeiro em que forem autorizados. Todavia, poderão ser reabertos nos limites de seus saldos, caso o ato de autorização seja promulgado nos últimos quatro meses, não sendo, portanto, incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

109. A respeito de orçamento público, ciclo orçamentário e créditos adicionais, julgue o item que se segue.

O superavit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior não é uma fonte de recursos para a abertura de crédito especial.

Julgue os próximos itens, acerca de receitas públicas.

110. Embora não constitua item da receita orçamentária, o superavit do orçamento corrente, resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, é classificado como receita de capital.

111. O objetivo da classificação da receita pública por esfera orçamentária é identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos.

112. A classificação por fontes de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Nesse sentido, a receita extraorçamentária tem a finalidade de indicar a destinação de recursos, enquanto que para a despesa extraorçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Quanto à despesa pública, julgue os itens.

113. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor que constitui despesa orçamentária, porém não representa despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido.

114. O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores, pela autoridade competente, deverá ocorrer em procedimento administrativo específico, sendo necessário, inclusive, certificação do cumprimento da obrigação pelo credor.

115. No âmbito do planejamento da despesa orçamentária, a programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação.

116. A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em órgão orçamentário e unidade orçamentária, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

117. A procuradoria-geral do Estado do Piauí adquiriu equipamentos, tendo o processamento dessa despesa ocorrido da seguinte forma:

Empenho: 25/11/2020;

Recebimento dos equipamentos: 18/12/2020;

Pagamento da despesa: 14/1/2021.

Nesse caso, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o registro dessa despesa em 31/12/2020 deve ser feito como dívida fundada.

Com relação ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

118. A evolução do patrimônio líquido de orçamento estadual em relação aos últimos três exercícios pode ser verificada mediante consulta ao anexo de metas fiscais que integra a lei de diretrizes orçamentárias.

119. Para a criação de ação governamental que acarrete aumento de despesa, é necessária estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

120. É nulo de pleno direito o ato de prefeito de município brasileiro que resulte em aumento de despesa, qualquer que seja, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do seu mandato.

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Thiago Cavalcante

Sobre mineração de dados, CRISP-DM e técnicas para pré-processamento de dados avalie os itens a seguir:

121. A abordagem geral para mineração de dados é vulnerável ao perigo de *overfitting*, onde um modelo se ajusta tão intimamente à amostra de dados disponível que descreve não apenas características estruturais dos dados, mas também peculiaridades aleatórias.

122. Uma observação é considerada uma unidade de análise sobre a qual as medições são feitas.

123. Em mineração de dados, não é possível examinar dados onde a classificação é desconhecida ou ocorrerá no futuro, com o objetivo de prever o que essa classificação é ou será.

124. As regras de associação, ou análise de afinidade, são projetadas para localizar esses padrões gerais de associações entre itens em grandes bancos de dados.

Sobre mineração de texto avalie os itens a seguir.

125. Tokenização é um método linguístico que reduz diferentes variantes de palavras a um núcleo comum

126. A depender do objetivo da mineração de texto podemos buscar pela quantidade de termos que aparecem em cada documento (frequência) ou simplesmente buscar pela presença ou ausência do termo em questão.

Sobre Big Data julgue o item a seguir.

127. Uma alternativa ao ACID (Atomicidade, Consistência, Isolamento, Durabilidade) é o modelo BASE (basicamente disponível, estado suave, eventualmente consistente). Ele coloca ênfase na disponibilidade, enquanto permite respostas aproximadas e enfraquecimento da consistência.

Sobre a linguagem SQL ANSI analise as afirmações abaixo

128. As condições de junção e as condições de filtro são separadas em duas cláusulas diferentes (a subseção *where* e a cláusula *on*, respectivamente), tornando a consulta mais fácil de entender.

129. É possível incluir a mesma tabela mais de uma vez na mesma consulta, bem como efetuar a junção de uma tabela a ela mesma.

130. A linguagem SQL inclui três operadores de conjunto que permitem que você execute as operações de conjunto união, diferença e intersecção. As operações de conjunto não removem as tuplas duplicadas, caso existam.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

131. O desenvolvimento dos achados é o processo mais importante de uma auditoria, pois são eles que fundamentam as evidências, conclusões e as propostas de encaminhamento que serão submetidas ao Tribunal e, posteriormente, comunicadas aos responsáveis e demais interessados.

132. A evidência de auditoria é considerada válida se for relacionada, de forma clara e lógica, aos critérios e objetivos da auditoria.

133. Quanto maior a materialidade do objeto, o risco e o grau de sensibilidade do auditado a determinado assunto, maior será a necessidade de evidências mais robustas.

134. Os papéis de trabalho devem ser suficientemente completos e detalhados para permitir a um auditor qualquer, que não tenha tido prévio envolvimento na auditoria, entender o trabalho que foi realizado para fundamentar as opiniões e conclusões do auditor.

135. A primeira revisão dos papéis de trabalho deve ser realizada pelo próprio auditor e deve ser a mais detalhada, para certificar-se de que suas conclusões se coadunam com suas apurações e registros e de que não existem erros que possam comprometer os resultados.

136. Revisões executadas por quem elaborou o papel devem verificar se o trabalho foi desenvolvido conforme o planejado, se os registros estão adequados às conclusões e se não foram omitidos dados e informações imprescindíveis ou relevantes.

137. Na realização de auditorias, é possível que a equipe utilize trabalhos de outros auditores, tipicamente os da auditoria externa de entidades governamentais ou de outras entidades de fiscalização e controle.

138. As informações contidas em trabalhos realizados por especialistas, que não componham a equipe de auditoria, integrarão o relatório como evidências para os achados levantados pelos auditores.

139. Segundo o requisito da clareza, o relatório deve expor os achados e as conclusões com firmeza, demonstrando certeza da informação comunicada, evitando palavras ou expressões que denotem insegurança, possam ensejar dúvidas ou imprecisões no entendimento.

140. Segundo o requisito da exatidão, o relatório deve apresentar toda a informação e todos os elementos necessários para satisfazer os objetivos da auditoria, permitir a correta compreensão dos fatos e situações relatadas.

141. Segundo o requisito da objetividade, os auditores devem harmonizar o relatório em termos de conteúdo e tom.

142. Os relatórios de auditoria devem incluir uma declaração dos auditores de que os trabalhos foram realizados em conformidade com as NAT, desde que todos os requisitos nelas previstos tenham sido observados.

143. Em auditorias operacionais, a forma de apresentação dos achados pode diferir da utilizada em auditorias de conformidade, podendo, inclusive, variar entre um e outro trabalho.

144. Nas auditorias operacionais, a regra é submeter o relatório preliminar aos comentários dos gestores, inclusive os achados, as conclusões e as propostas de encaminhamento formuladas pela equipe. Nas demais auditorias, o encaminhamento do relatório preliminar aos gestores é obrigatório se houver achados de alta complexidade ou de grande impacto, e opcional nas demais situações, a critério do dirigente da unidade técnica.

145. O acompanhamento, um instrumento de fiscalização previsto pelo TCU em seu regimento interno, é considerado essencial para assegurar a eficácia das decisões desse tribunal e os resultados delas decorrentes.

146. O levantamento é o instrumento de fiscalização empregado para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações no que diz respeito à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos e atos administrativos.

147. Na auditoria operacional, o exame da materialidade é feito com base em considerações sobre a natureza ou o contexto do objeto auditado.

148. Para fins de análise, o risco de auditoria divide-se em três componentes: risco inerente, risco de controle e risco de detecção.

149. A técnica de conferência de cálculos busca a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias, compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado.

150. A técnica de revisão analítica busca verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

151. Segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, os serviços sociais autônomos pertencentes ao Sistema “S” devem aplicar as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

152. As informações fornecidas pela Contabilidade Pública são úteis para fins de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão. Nesse sentido, dentro do contexto de prestação de contas, os gestores públicos utilizam essas informações para elaborar o Relatório de Gestão, o qual compõe o processo de prestação de contas a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União, no âmbito federal.

153. Os créditos adicionais suplementares e especiais com vigência plurianual são exceções ao princípio orçamentário da anualidade.

154. A classificação por elementos de despesa possui a finalidade de propiciar o controle contábil dos gastos, tanto pela própria unidade orçamentária ou órgão de Contabilidade, como pelos órgãos de controle interno e externo.

155. No contexto do setor público, as entidades podem obter ativos por intermédio da sua compra em transação com contraprestação, bem como pelo seu desenvolvimento. Os ativos também podem surgir de transações sem contraprestação, inclusive por meio do exercício dos direitos soberanos.

156. Diferentemente do setor privado no qual temos fatos permutativos, modificativos e mistos, no setor público as variações patrimoniais são classificadas em quantitativas (fatos modificativos) e qualitativas (fatos permutativos), sendo que não ocorrem variações mistas.

157. No âmbito do setor público, a prática de ajustar o valor de custo dos estoques para o valor recuperável é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda, troca, distribuição ou uso.

158. Se o prazo de pagamento de um ativo imobilizado exceder os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como variação patrimonial diminutiva com juros durante o período do crédito.

159. Considerando que o ente público fornece uma variedade de serviços públicos aos contribuintes em retribuição ao pagamento dos tributos, estes são considerados receitas de transação com contraprestação, representando variações patrimoniais aumentativas, com impacto positivo no resultado patrimonial do exercício.

160. No momento em que não houver mais incertezas quanto ao valor e ao prazo de determinado passivo este deixará de ser uma provisão, devendo ser reconhecida a obrigação a pagar correspondente e, conforme o caso, haverá a configuração de uma variação qualitativa ou quantitativa.

161. Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) está entre os objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

162. No reconhecimento do crédito tributário por competência há movimentação apenas de contas no âmbito da natureza patrimonial.

Considere as informações a seguir sobre as despesas orçamentárias extraídas de um Ente Público Municipal.

| | |
|---------------------|---------------|
| Dotação inicial | 10.000.000,00 |
| Dotação atualizada | 12.000.000,00 |
| Despesas empenhadas | 8.000.000,00 |
| Despesas liquidadas | 7.500.000,00 |
| Despesas pagas | 7.000.000,00 |

Com base nessas informações julgue as assertivas a seguir:

163. Houve economia orçamentária superior a 30%.

164. Os restos a pagar foram inferiores a 12% da despesa executada.

165. As informações indicam que não houve abertura de créditos adicionais.

166. Os restos a pagar inscritos no exercício serão evidenciados em quadros anexos ao balanço orçamentário e também no balanço financeiro como ingresso extraorçamentário.

167. O pagamento a fornecedores de material de consumo após a liquidação da despesa origina uma variação patrimonial qualitativa decorrente da execução orçamentária.

168. A devolução de um depósito em caução representa uma variação patrimonial diminutiva independente da execução orçamentária.

Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa julgue a assertiva a seguir:

169. Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa.

Acerca da NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue a assertiva a seguir:

170. Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

Sobre o TCE-RJ, julgue os itens a seguir.

171. Caso um jurisdicionado do TCE fique insatisfeito com decisão monocrática do relator ou do Presidente do TCE, quando for o caso, será cabível a apresentação de agravo, instrumento este que também poderá ser utilizado contra as decisões monocráticas que decidam sobre tutela provisória.

172. O recurso de reconsideração poderá ser apresentado contra a decisão originária que denegar registro, possuindo efeitos suspensivos.

173. A apreciação das contas do Governador do Estado do Rio de Janeiro ocorrerá em sessão extraordinária, especialmente convocada para este fim.

174. O TCE poderá aplicar a pena de declaração de inidoneidade de contratado ou adjudicatário, mediante deliberação da maioria absoluta dos seus membros.

175. A utilização de julgamento virtual é medida nova adotada no TCE-RJ, em virtude do contexto social em que vivemos, mas carece de previsão e regulamentação no Regimento Interno do Tribunal.

Sobre as decisões em processos de tomada ou prestação de contas, julgue os itens seguintes.

176. O Tribunal de Contas julgará as prestações ou tomadas de contas até o término do exercício em que estas lhe tiverem sido apresentadas.

177. A decisão preliminar ocorre antes do pronunciamento do mérito, incluindo o sobrestamento do processo, a realização de diligências ou até mesmo a citação ou notificação do responsável.

178. Verificada irregularidades nas contas, o Tribunal, ainda na fase preliminar, definirá a responsabilidade individual ou solidária pelo ato inquinado.

179. Reconhecida pelo Tribunal a boa-fé do responsável, a liquidação tempestiva ou intempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo, se não houver sido observada outra irregularidade nas contas.

Considerando o regime jurídico dos tribunais de contas, julgue os itens subsequentes.

180. Quanto à sua natureza, o Tribunal de Contas do Estado é entidade autárquica, com personalidade jurídica própria e autonomia em relação aos poderes do Estado.

181. O Poder Judiciário pode desfazer decisão do Tribunal de Contas do Estado, desde que identificados vícios formais ou grave ilegalidade.

182. Na fiscalização de contratos, o TCE não goza de competência imediata para realizar a sua sustação, mas pode, desde já, emitir determinações, inclusive fixar prazo para que a autoridade competente proceda a anulação do contrato.

183. A aplicação de penalidade, por parte dos tribunais de contas, tem como fundamento a Constituição Federal, exigindo-se ainda a previsão em ato normativo de natureza legal ou regimental.

184. A comissão mista de orçamento, antes de realizar a sustação de despesa pública, deverá pedir pronunciamento conclusivo sobre a matéria ao Tribunal de Contas da União, que terá o prazo de trinta dias para respondê-la.

185. Dada a fisionomia estrutural própria, o Ministério Público especial que atua junto ao Tribunal poderá interpor mandado de segurança contra decisões do Tribunal de Contas.

LICITAÇÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

186. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, o que impede a habilitação de interessados sediados em outros locais.

187. Havendo igualdade de condições, como critério de desempate em licitações regidas pela Lei 8.666/1993, será assegurada preferência para os bens produzidos no país em detrimento daqueles que sejam produzidos por empresas brasileiras.

188. Nas licitações sob a modalidade concorrência é possível a realização de pré-qualificação dos licitantes, proposta pela autoridade competente, sempre que o objeto da licitação recomendar análise mais detida da qualificação técnica dos interessados.

189. Os membros das comissões de licitação sempre responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão.

190. Convênios distinguem-se dos contratos por consistirem em acordos de vontades que objetivam a colaboração mútua entre seus participantes, buscando a consecução de interesse comuns a eles, razão pela qual as regras da Lei 8.666 nunca poderão ser aplicáveis àquelas avenças.

191. O atraso injustificado no início da obra é causa justa para a rescisão unilateral promovida pelo contratado.

192. Constitui crime a conduta de afastar licitante por meio do oferecimento de vantagem de qualquer tipo, ainda que inexistia violência.

193. Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

Considerando a disciplina da Lei 10.520/2002 e do Decreto federal 7.892/2013, julgue os três itens a seguir.

194. Situação hipotética: Determinado órgão público promoveu licitação destinada à formação de registro de preços para futura aquisição de 10.000 certificados digitais. **Assertiva:** Caso se permitam adesões ao registro de preços por parte de órgãos não participantes, o limite global para as adesões será de no máximo 20.000 certificados, como regra.

195. No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro poderão ser desempenhadas por militares.

196. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, tampouco assegura preferência ao fornecedor registrado.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos e ao regramento contido nas Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, julgue os itens que se seguem.

197. As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de sete datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

198. A encampação consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, o qual deve necessariamente ser traduzido em uma lei específica.

199. A decretação da falência das concessionárias de serviços públicos implica extinção da concessão, na forma da lei.

200. Os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento de uma parceria público-privada deverão ter nível de detalhamento de anteprojeto.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-RJ-28-11>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!



<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Estratégia

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>